

Psicologia em Pesquisa

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa>

***Parental Gatekeeping e Coparentalidade: Função Protetiva do
Encorajamento e Acordo Coparental no Comportamento Infantil***
**Parental Gatekeeping and Coparenting: Protective Role of Encouragement
and Coparental Agreement on Child Behavior**
***Gatekeeping Parental y Coparentalidade: Función Protectora del Estímulo
y Acuerdo Coparental en el Comportamiento Infantil***

Tamires Dias dos Santos¹, Julia Aparecida Pivato², Carolina Duarte de Souza³ & Mauro Luís
Vieira⁴

¹ Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: tamiresdds@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0097-3158>

² Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: juliapivato2@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8874-0588>

³ Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: carolzunino@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3555-1120>

⁴ Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: maurolvieira@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0541-4133>

Informações do Artigo:

Tamires Dias dos Santos

tamiresdds@gmail.com

Recebido em: 08/10/2023

Aceito em: 08/03/2024

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa foi investigar os efeitos do *parental gatekeeping* e da coparentalidade no comportamento de crianças. Participaram do estudo 447 mães e pais. Os modelos de regressão linear múltipla apontaram o *parental gatekeeping* e a coparentalidade como preditores dos comportamentos da criança. No *parental gatekeeping*, o encorajamento se mostrou promotor de comportamentos pró-sociais e atenuante de problemas na relação com pares, enquanto o desencorajamento foi promotor de problemas internalizantes. Quanto à coparentalidade, o acordo coparental atenuou os problemas externalizantes e dificuldades totais. Estes resultados reiteram o impacto das relações parentais no desenvolvimento infantil.

PALAVRAS-CHAVE:

Relações familiares; Desenvolvimento infantil; Parental gatekeeping; Coparentalidade.

ABSTRACT

The objective of the present research was to investigate the effects of parental gatekeeping and coparenting on children's behavior. In total, 447 parents participated in the study. Multiple linear regression models identified *parental gatekeeping* and coparenting as predictors of children's behavior. In the context of *parental gatekeeping*, encouragement was found to promote prosocial behaviors and mitigate problems in peer relationships, while discouragement was linked to promoting internalizing problems. Regarding coparenting, the coparenting agreement mitigated externalizing problems and total difficulties. These results reiterate the impact of parental relationships on child development.

KEYWORDS:

Family relationships; Child development; Parental gatekeeping; Coparenting.

RESUMEN

El objetivo de la presente investigación fue investigar los efectos del *gatekeeping parental* y de la coparentalidad en el comportamiento de los niños. Participaron en el estudio 447 madres y padres. Los modelos de regresión lineal múltiple señalaron el *gatekeeping parental* y la coparentalidad como predictores del comportamiento de los niños. En el *gatekeeping parental*, la incentivación parece promover comportamientos prosociales y mitigar problemas en las relaciones con los pares, mientras que la desincentivación fue promotora de problemas internalizantes. En cuanto a la coparentalidad, el acuerdo coparental mitigó los problemas externalizantes y las dificultades totales. Estos resultados reiteran el impacto de las relaciones parentales en el desarrollo infantil.

PALABRAS CLAVE:

Relaciones familiares; Desarrollo infantil; *Gatekeeping parental*; Coparentalidad.

A forma como a relação interpaparental é vivenciada pode estimular ou prejudicar o comportamento e o desenvolvimento das crianças. O estudo de fenômenos que envolvem a relação interpaparental, como o *parental gatekeeping* que ocorre quando uma das figuras parentais tenta regular o envolvimento da outra com o/a filho/a por meio de comportamentos encorajadores, desencorajadores e/ou controladores (Puhlman & Pasley, 2013). E a coparentalidade, que representa o modo como as figuras parentais compartilham a responsabilidade de criação do/a(s) filho/a(s) (Feinberg, 2003), é relevante, uma vez que esses

fenômenos possuem poder preditor para o comportamento do/a(s) filho/a(s), podendo ser um fator de risco ou proteção para o desenvolvimento infantil e adolescente.

Nesse sentido, aspectos negativos do *parental gatekeeping* e da coparentalidade, envolvendo conflito coparental e o desencorajamento, foram associados a maiores níveis de problemas de comportamento, enquanto fatores positivos, como o acordo e suporte coparental e o encorajamento, foram atenuadores desses problemas (Altenburger & Schoppe-Sullivan, 2021; Choi & Becher, 2019; Pekel-Uludağlı, 2023; Wang et al., 2021; Zhao et al., 2022).

O *parental gatekeeping* foi inicialmente identificado por De Luccie (1995) como o elo entre o comportamento materno e o envolvimento do pai com a criança. O conceito foi expandido para comportamentos e crenças maternas que limitavam o envolvimento paterno na criação dos filhos e renomeado de *gatekeeping* materno por Allen e Hawkins (1999). Posteriormente, Schoppe-Sullivan e Altenburger (2019) afirmaram que as mães podem limitar, mas também encorajar o envolvimento ativo dos pais com a criança.

Mesmo com o avanço na conceitualização do *gatekeeping*, a literatura continua atribuindo, majoritariamente, esses comportamentos às mães, utilizando o termo *maternal gatekeeping* e relacionando-o com o envolvimento paterno (Pekel-Uludağlı, 2023; Puhlman & Pasley, 2013; Schoppe-Sullivan et al., 2008; Wang et al., 2021), e com os papéis de gênero (Pekel-Uludağlı, 2019; Pinho & Gaunt, 2021; Thomas & Holmes, 2020), se pautando no contexto cultural. Ressalta-se que os padrões sociais dos papéis de gênero e da parentalidade estabeleceram a mulher como “especialista” do trabalho familiar e a principal cuidadora dos filhos (Coltrane, 1996; Tiedje & Darling-Fisher, 1996), assim, teria mais poder para controlar o envolvimento do pai com a criança. Desse modo, o comportamento de *gatekeeping* entre os pais está enraizado na dinâmica de poder pautado no gênero, pois essas representações sociais

sobre maternidade influenciam tanto o grau de *gatekeeping* materno quanto o envolvimento paterno (Altenburger, 2023).

No entanto, é equivocado atribuir a responsabilidade pelo *parental gatekeeping* exclusivamente às mães, uma vez que esse fenômeno é considerado bidirecional. Ou seja, um(a) pai/mãe regula o envolvimento do outro na criação dos filhos, e essa regulação não pode ser limitada pelo sexo biológico dos pais (Schoppe-Sullivan & Altenburger, 2019). Portanto, os cuidadores paternos também são responsáveis pelo próprio envolvimento com o filho, influenciam os comportamentos de *gatekeeping* das mães e podem desempenhar os mesmos cuidados à criança (Puhlman & Pasley, 2013). Sendo assim, é considerado no presente estudo que ambos os pais podem ser *gatekeepers*.

Uma nova definição em um modelo tridimensional para o *parental gatekeeping* foi proposto por Puhlman e Pasley (2013). Esse modelo abrange uma série de interações comportamentais complexas entre as figuras parentais. Nesse sentido, um dos pais influencia regularmente o envolvimento do outro por meio de comportamentos encorajadores, desencorajadores e/ou controladores direcionados às interações deste com a criança. No modelo tridimensional, além das dimensões encorajamento e desencorajamento, também foi inserida a dimensão controle. O controle depende do grau em que a figura parental adota uma posição de liderança na família, com o poder de tomada final de decisões e sobre o quanto esse(a) pai/mãe supervisiona as interações do outro progenitor com a criança (Puhlman & Pasley, 2013). Ainda segundo esses autores, a dimensão de encorajamento diz respeito a comportamentos parentais de apoio, cuja intenção é elevar o nível de participação da outra figura parental na vida da criança. Isso pode ocorrer por meio de manifestação de *feedbacks* positivos, palavras de afirmação relacionadas com as interações com a criança e atitudes de reconhecimento sobre a importância da dupla parental. Já o desencorajamento, além de

envolver comportamentos restritivos, é marcado pelo grau de criticismo da dupla parental em relação ao outro quando ele interage com a criança, sugerindo que este é incompetente, indesejado ou ineficaz (Puhlman & Pasley, 2013).

O *parental gatekeeping* pode afetar o comportamento infantil, uma vez que ambos os pais têm um papel importante no desenvolvimento do filho, pois são a principal fonte de capital social (recursos sociais, psicológicos e emocionais disponíveis) para a criança (Austin et al., 2013). Entretanto, é necessário destacar que o envolvimento de ambos os pais precisa ser benéfico ao filho/a. Nesse sentido, Saini et al. (2017) utilizam o conceito de *gatekeeping* adaptativo ou não adaptativo conforme o grau em que o *gatekeeping* promove ou prejudica a segurança (proteção contra danos físicos e psicológicos) e o bem-estar da criança (possibilidade de suprir necessidades pessoais e sociais).

O *gatekeeping* adaptativo vai ao encontro do bem-estar da criança, encorajando interações entre a figura parental e o/a filho/a em cenários seguros ou protegendo a criança quando esse pai/mãe representar risco. Enquanto o não adaptativo não está focado no bem-estar da criança, desconsiderando suas necessidades e os possíveis danos aos quais está sujeita.

O envolvimento paterno contribui para o desenvolvimento infantil (Frosch et al., 2019) de modo que evidências recentes têm ratificado a relação entre o *gatekeeping* materno, o envolvimento pai-filho e o desenvolvimento da criança. Wang et al. (2021), ao analisarem uma amostra de 214 mães chinesas de famílias biparentais em que pais e mães trabalhavam, constataram que o encorajamento materno afeta positivamente o desenvolvimento socioemocional da criança por meio do envolvimento paterno. Isso pode indicar que o incentivo materno estimula o envolvimento ativo do pai, criando um ambiente propício para a criação conjunta dos filhos.

Ainda sobre esse tema, o estudo de Pekel-Uludağlı (2023) com 216 mães e pais turcos de crianças analisou o papel mediador do envolvimento paterno entre o *gatekeeping* materno, o temperamento difícil das crianças, a competência parental paterna e o desenvolvimento da criança. Os resultados encontrados mostraram que, quando a mãe desencorajava o envolvimento paterno e quando a criança tinha um temperamento difícil, o pai se envolvia menos na criação dos filhos. Entretanto, quanto mais encorajamento materno e maior competência paterna, maior era o envolvimento do pai com o filho. Além disso, o maior envolvimento paterno teve impacto negativo no medo/ansiedade das crianças, e positivo nos comportamentos pró-sociais infantis. Ou seja, pode-se inferir a partir desses resultados que o encorajamento materno e o envolvimento paterno podem afetar positivamente o comportamento infantil, minimizando os problemas internalizantes (dificuldades emocionais e de humor como depressão e ansiedade) e contribuindo para a pró-sociabilidade da criança. Cabe ressaltar que, independentemente de haver ou não o encorajamento por parte da mãe, os pais devem assumir a corresponsabilidade na criação dos filhos. Pois, independentemente da divisão das responsabilidades parentais, essa é uma função compartilhada pelos adultos responsáveis pela criação dos filhos, denominada de coparentalidade (Feinberg, 2003).

A coparentalidade pode ser desempenhada por duas ou mais pessoas que se corresponsabilizam pela criação da criança, independente de configuração familiar, orientação sexual, ou laço biológico com a criança. Além disso, ela é composta por crenças, expectativas e valores das figuras parentais, os quais são modulados pela cultura dominante e por convenções subculturais (étnicas, raciais, socioeconômicas, entre outras) (Feinberg, 2003). Segundo este autor, as dimensões que envolvem o modelo ecológico da coparentalidade são: acordo/desacordo; divisão de tarefas; suporte/sabotagem; e gestão familiar conjunta.

A primeira dimensão (acordo/desacordo) se refere ao entendimento entre os pais em relação a criança sobre valores, educação, cuidado e necessidades. A dimensão divisão das tarefas está relacionada ao compartilhamento dos cuidados na rotina diária da criança, que inclui a divisão das responsabilidades, assuntos financeiros, legais e médicos, além da partilha das tarefas domésticas. O suporte/sabotagem ao papel parental do parceiro é referente ao modo que os adultos valorizam ou sabotam as práticas parentais do outro. E a dimensão gestão familiar conjunta compreende a interação entre os adultos, o manejo dos pais com seus próprios comportamentos, a forma como é estabelecida a comunicação entre os familiares e a gestão das interações triádicas ou maiores.

Devido a sua centralidade no sistema familiar, a coparentalidade é associada a desfechos significativos na família e no desenvolvimento infantil (Karberg & Cabrera, 2020; McDaniel et al., 2018). Pesquisas têm demonstrado que a qualidade da relação coparental pode ser tanto um fator de risco como de proteção ao desenvolvimento infantil. A coparentalidade negativa (alto grau de conflito, sabotagem, competição, desaprovação parental) está relacionada a mais problemas internalizantes e externalizantes (desregulações comportamentais como agressividade e hiperatividade) (Feinberg, 2003; Machado & Mosmann, 2019; Mosmann et al., 2018). Por outro lado, a coparentalidade positiva (acordo, cooperação, suporte, reconhecimento da parentalidade do parceiro) está associada a menos sintomas emocionais e problemas comportamentais em crianças e adolescentes (Choi & Becher, 2019; Favez et al., 2019; Schrodtt & Afifi, 2018). Além de ter sido positivamente relacionada aos comportamentos pró-sociais infantis (Lam et al., 2018; Scrimgeour et al., 2013).

Segundo Katz e Low (2004), a qualidade das relações coparentais acaba servindo de modelo para a criança construir suas habilidades relacionais, como estratégia de resolução de conflitos, expressão e troca de afetos. Os autores também destacam que crianças cuja dupla de cuidadores apresenta maior capacidade de cooperar entre si tendem a lidar de forma mais positiva com tarefas frustrantes, enquanto o sentimento de desconexão e falta de integridade familiar entre os pais está associado com elevação dos níveis de ansiedade e depressão nos filhos.

Com base no que foi exposto anteriormente, o objetivo do presente estudo foi investigar as repercussões da percepção de pais e mães em relação ao *parental gatekeeping* e da coparentalidade no comportamento de crianças de três a onze anos. As seguintes hipóteses foram assumidas: 1) a dimensão de encorajamento do *parental gatekeeping* atenuará as dimensões negativas do comportamento infantil (sintomas emocionais, problemas de conduta, hiperatividade, problemas no relacionamento com pares, problemas internalizantes, problemas externalizantes e dificuldades totais da criança), assim como promoverá o comportamento pró-social infantil. Por outro lado, a dimensão de desencorajamento do *parental gatekeeping* promoverá os problemas de comportamento infantil e atenuará os comportamentos pró-sociais da criança. 2) A qualidade das relações coparentais exercerá influência no comportamento das crianças, de modo que as dimensões negativas da coparentalidade (exposição ao conflito e sabotagem coparental) promoverão os problemas de comportamento infantil e atenuarão o comportamento pró-social. E as dimensões positivas da coparentalidade (acordo coparental; divisão do trabalho; suporte coparental; reconhecimento da parentalidade do parceiro) promoverão a pró-sociabilidade infantil e atenuarão os problemas de comportamento.

Por fim, cabe destacar que estudar o *parental gatekeeping* e a coparentalidade de forma conjunta é relevante, pois os dois construtos avaliam aspectos diferentes da relação interparental, trazendo informações complementares entre si. Ao estudar como a interação entre os construtos afetam o funcionamento familiar, sobretudo o comportamento infantil, pode-se elaborar possíveis intervenções para que o sistema familiar tenha o melhor desenvolvimento possível.

Método

Participantes

A amostra do estudo foi não probabilística, selecionada por conveniência. Participaram 447 pais (350 mães e 97 pais) brasileiros, heteroafetivos, com filhos de idade entre três e onze anos com desenvolvimento típico. A média de idade dos pais foi de 38,05 anos (DP = 6,182), sendo a idade mínima de 21 anos e máxima de 58 anos. Sobre o estado civil dos participantes, 366 (81,9%) se declararam casados ou com união estável, 42 (9,4%) eram separados ou divorciados e 39 (8,7%) eram solteiros. Quanto a etnia, 352 (78,7%) declararam ser da etnia caucasiana, 71 (15,9%) parda, 20 (4,5%) preta, e quatro (0,9%) asiática. Os dados sobre o nível educacional dos pais indicaram que 11 (2,5%) possuíam ensino fundamental, 67 (15%) concluíram o ensino médio, 14 (3,1%) tinham formação técnica, 114 (25,5%) obtiveram graduação, e 241 (53,9%) possuíam pós-graduação.

Em relação à caracterização sociodemográfica das crianças focais, a média de idade dos filhos foi de 6,21 anos (DP = 2,485). Foram declaradas 215 (48,1%) crianças do sexo masculino e 232 (51,9%) do sexo feminino, 3 crianças (0,67%) não tiveram seu gênero biológico declarado. Referente a etnia delas, 282 (63,1%) das crianças foram declaradas caucasianas, 53 (11,9%) pardas, 10 (2,2%) pretas, 1 (0,2%) asiática, 1 (0,2%) indígena, e 100 (22,4%) crianças não tiveram sua etnia declarada.

Os critérios de inclusão foram: (a) pais e mães heteroafetivos; (b) pais e mães com filhos com idade de três a onze anos e com desenvolvimento típico; (c) os pais e as mães terem tido a criança focal após seus dezoito anos de idade; e (d) os pais e mães terem como dupla coparental outro genitor da criança focal.

Instrumentos

Foi desenvolvido um questionário sociodemográfico com questões abertas e de múltipla escolha, com o objetivo de identificar variáveis do contexto dos participantes (idade, sexo, etnia, escolaridade), assim como das crianças focais (idade, sexo, etnia, nível de escolaridade).

Para analisar a coparentalidade foi utilizado o instrumento Escala de Relação Coparental (ERC) (Carvalho et al., 2018), que foi adaptado transculturalmente para o Brasil a partir da *Coparenting Relationship Scale* de Feinberg et al. (2012). O instrumento contém o total de 35 itens e é avaliado por uma escala de sete pontos que varia de *não verdadeiro* (0) a *completamente verdadeiro* (6), e uma subescala chamada *Exposição ao conflito*, na qual as categorias de respostas variam de *nunca* (0) a *muito frequentemente* (6). A ERC é composta por sete subescalas, entretanto foram utilizadas somente seis a) acordo coparental; b) divisão do trabalho; c) suporte coparental; d) reconhecimento da parentalidade do parceiro; e) sabotagem coparental; e f) exposição a conflitos. A subescala (g) proximidade coparental avalia a intimidade do casal, desse modo, não foi utilizada neste estudo, pois a amostra é composta de pais e mães tanto casados como solteiros e divorciados. Os índices de fidedignidade das dimensões na presente pesquisa foram: a) acordo coparental ($\alpha=0,80$); b) divisão do trabalho ($\alpha=0,33$); c) suporte coparental ($\alpha=0,91$); d) reconhecimento da parentalidade do parceiro ($\alpha=0,89$); e) sabotagem coparental ($\alpha=0,82$); e, f) exposição a conflitos ($\alpha=0,86$).

O *parental gatekeeping* foi mensurado pela *The Maternal Gatekeeping Scale* (MGS), elaborada por Puhlman e Pasley (2017) a partir do modelo tridimensional do *gatekeeping* que abrange as dimensões *encorajamento*, *desencorajamento* e *controle*. A escala é composta por vinte itens que são respondidos em escala Likert variando de 0-nunca a 5-sempre. Cabe destacar que essa escala se encontra em processo de validação e adaptação transcultural para o Brasil. Desse modo, foi realizada a Análise Fatorial confirmatória (AFC) para verificar as evidências de validade de construto, com uma amostra de 647 pais e mães, e uma estrutura de três fatores, conforme o modelo original da escala. Foram verificadas as cargas fatoriais para cada item, que deveriam estar acima de 0,30 para que o item fosse mantido na escala. Os seguintes índices de ajuste foram considerados: a) Qui-quadrado robusto e a razão $X^2/df < 3$; b) CFI robusto (Comparative Fit Index) – CFI > 0,90 e TLI (Tucker Lewis Index) > 0,90; c) RMSEA robusto (Root Mean Square Error of Approximation) – RMSEA < 0,08; e d) SRMR (Standardized Root Mean Square Error) – SRMR < 0,11 (Brown, 2015). Os índices de modificação resultantes da AFC apontaram cargas complexas, ou seja, itens cuja carga fatorial carregou em mais de um fator (itens 8, 9, 11). Com as mudanças, os resultados indicaram que o modelo apresentou um ajuste aceitável para os dados empíricos [$\chi^2(136) = 3596,376$; $p < 0,01$; CFI = 0,954; TLI = 0,943, RMSEA = 0,048; SRMR = 0,047]. Os alfas de Cronbach fornecem uma indicação de que os itens dentro de cada fator refletem o mesmo construto latente; sendo assim, nesta presente pesquisa, os α s de Cronbach para cada fator foram: a) desencorajamento $\alpha = 0,61$, b) encorajamento $\alpha = 0,89$ e c) controle $\alpha = 0,64$.

A versão brasileira (Fleitlich et al., 2000) do Questionário de Capacidades e Dificuldades (*Strengths and Difficulties Questionnaire* – SDQ) (Goodman, 1997) foi utilizada neste estudo para analisar o comportamento da criança. O questionário foi respondido pelos pais e/ou mães, considerando os comportamentos da criança nos últimos seis meses. O

instrumento é composto por 25 itens, respondidos por meio de uma escala Likert de três pontos, variando entre falso (1), mais ou menos verdadeiro (2) e verdadeiro (3). Ele é dividido em cinco subescalas, sendo quatro referentes às dificuldades da criança (sintomas emocionais; problemas no relacionamento com pares; problemas de conduta; e hiperatividade). Além disso, é possível mensurar os problemas de comportamento internalizantes por meio da soma das subescalas de sintomas emocionais e problemas no relacionamento com pares. Por sua vez, os problemas de comportamento externalizantes são avaliados somando-se as subescalas de problemas de conduta e hiperatividade. A quinta subescala avalia o comportamento pró-social da criança. Os índices de fidedignidade na presente pesquisa foram: sintomas emocionais ($\alpha = 0,58$); problemas de conduta ($\alpha = 0,72$); hiperatividade ($\alpha = 0,81$); problemas no relacionamento com pares ($\alpha = 0,61$); comportamento pró-social ($\alpha = 0,62$), dificuldades totais da criança ($\alpha = 0,83$); problemas externalizantes ($\alpha = 0,85$); e, problemas internalizantes ($\alpha = 0,69$).

Procedimentos Éticos e de Coleta de Dados

A presente pesquisa se insere no projeto guarda-chuva intitulado “Parentalidade e Desenvolvimento Socioemocional Infantil II” submetido e aprovado pelo Comitê de Ética para Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o número de CAAE: 31205420.4.0000.0121. A pesquisa atendeu à resolução n. 510 de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Para facilitar a coleta de dados, os participantes responderam aos instrumentos da pesquisa por meio do ambiente virtual mediante o envio de um link personalizado. Os participantes precisavam, primeiramente, aceitar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e informar um e-mail para posterior devolutiva. A pesquisa foi divulgada pelas redes sociais, em canais institucionais e pelo método bola de neve

(caracteriza-se como uma técnica de coleta de dados em pesquisa que se baseia na indicação de participantes por outros membros da amostra inicial).

Tratamento e Análise dos Dados

Os dados dos instrumentos foram exportados e analisados por meio de programa estatístico. Foram utilizadas análises estatísticas descritivas (média e desvio padrão) para caracterização dos fenômenos. A fidedignidade dos questionários, escalas e subescalas foi avaliada utilizando o coeficiente Alfa de Cronbach. Para alcançar os objetivos da presente pesquisa, foram realizadas análises inferenciais, utilizando os modelos de análises de regressão linear múltiplas com as dimensões do *parental gatekeeping* (encorajamento, desencorajamento e controle) e da coparentalidade (acordo coparental, exposição ao conflito, reconhecimento da parentalidade do parceiro, divisão de tarefas, suporte coparental e sabotagem coparental) como variáveis preditoras, e as dimensões do comportamento da criança (sintomas emocionais, hiperatividade, problemas de conduta, problemas de relacionamento com os pares, problemas internalizantes, problemas externalizantes, dificuldades totais e comportamento pró-social) como desfecho. Os ajustes dos modelos foram avaliados utilizando o teste ANOVA, e a contribuição de cada variável do modelo foi analisada por meio do coeficiente. Foi utilizado o nível de significância de 0,05.

Resultados

Os modelos de regressão linear múltipla utilizados na presente pesquisa foram desenvolvidos e testados com todas as dimensões do *parental gatekeeping* e da coparentalidade como preditoras de cada dimensão do comportamento da criança (sintomas emocionais, hiperatividade, problemas de conduta, problemas de relacionamento com os pares, problemas internalizantes, problemas externalizantes, dificuldades totais e comportamento pró-social)

como desfecho. Na Tabela 1, optou-se por apresentar apenas as variáveis independentes que apresentaram predição estatisticamente significativa nos modelos.

Predição do Comportamento Infantil pelo *Parental Gatekeeping* e pela Coparentalidade

Ao analisar os modelos de predição das dimensões de comportamento da criança por meio das análises de regressão linear múltipla, tendo as três dimensões do *parental gatekeeping* e as seis dimensões da coparentalidade como variáveis independentes, encontraram-se bons ajustes, estatisticamente significativos. Na Tabela 1, as análises apontaram que a dimensão encorajamento do *parental gatekeeping* foi preditora estatisticamente significativa atenuante dos problemas de relacionamento com pares, e a única dimensão preditora promotora do comportamento pró-social infantil.

Tabela 1

*Variáveis Estatisticamente Significativas da Coparentalidade e do Parental Gatekeeping
Preditoras do Comportamento da Criança*

Variável dependente	Variáveis preditoras do modelo	Beta	<i>p</i>	R ² ajustado	F(gl;gl)
Sintomas emocionais	Desencorajamento	0,206	0,001**	0,071	F(5;441)=7,806***
Problemas de conduta	Acordo coparental	-0,137	0,012*	0,065	F(5;441)=7,219***
	Conflito coparental	0,120	0,025*		
Hiperatividade	Acordo coparental	-0,158	0,004**	0,055	F(5;441)=6,178***
	Conflito coparental	0,130	0,016*		
Problemas de relacionamento com pares	Encorajamento	-0,13	0,009**	0,067	F(5;441)=7,383***
Dificuldades totais da criança	Acordo coparental	-0,164	0,002**	0,117	F(5;441)=12,870***
	Conflito coparental	0,140	0,007**		
Comportamento pró-social	Encorajamento	0,195	0,000***	0,042	F(5;441)=4,959***
Problemas externalizantes	Acordo coparental	-0,170	0,002**	0,077	F(5;441)=8,449***
	Conflito coparental	0,143	0,007**		
Problemas internalizantes	Desencorajamento	0,178	0,004**	0,101	F(5;441)=11,027***

Nota. Beta = Coeficiente de regressão padronizado; *p* = Significância estatística; R² ajustado = Coeficiente de regressão ajustado; F = ANOVA; gl = graus de liberdade. * $p \leq 0,050$; ** $p \leq 0,001$ *** $p < 0,000$

Por outro lado, a dimensão desencorajamento teve poder preditivo promotor dos sintomas emocionais e dos problemas internalizantes. Já a dimensão acordo coparental teve um importante poder preditivo atenuante dos problemas de conduta, hiperatividade e, consequentemente, dos problemas externalizantes e das dificuldades totais da criança. Por outro lado, o conflito coparental se apresentou como preditor promotor desses mesmos

problemas de comportamento, entretanto com menor força de predição em comparação com o acordo coparental. As demais dimensões da coparentalidade e do *parental gatekeeping* não foram estatisticamente significativas.

O coeficiente de variância explicada (R^2 ajustado), que indica o quanto as variáveis preditoras explicam as variáveis desfecho, demonstrou que em conjunto as dimensões do *parental gatekeeping* e as dimensões da coparentalidade explicaram 7,1% dos sintomas emocionais, 6,5% dos problemas de conduta, 5,5% da hiperatividade, 6,7% dos problemas de relacionamento com pares, 11,7% das dificuldades totais da criança, 4,2 % do comportamento pró-social, 7,7% dos problemas externalizantes e 10,1% dos problemas internalizantes.

Discussão

O presente estudo teve como objetivo investigar as repercussões da percepção de pais e mães do *parental gatekeeping* e da coparentalidade no comportamento de crianças de três a onze anos. A primeira hipótese desta pesquisa sobre as dimensões do *parental gatekeeping* (encorajamento e desencorajamento) como preditoras do comportamento da criança foi parcialmente confirmada, uma vez que o encorajamento foi promotor dos comportamentos pró-sociais infantis e atenuador apenas dos problemas relacionados com pares. Por outro lado, o desencorajamento foi promotor dos sintomas emocionais e dos problemas internalizantes.

A segunda hipótese referente às dimensões da coparentalidade também foi parcialmente confirmada, pois apenas o acordo e o conflito coparental foram preditores para o comportamento da criança. É relevante destacar que no presente estudo as dimensões do *parental gatekeeping* predisseram os problemas internalizantes das crianças, enquanto as dimensões da coparentalidade predisseram os problemas externalizantes. Sendo assim, mesmo ao considerar o *parental gatekeeping* como parte da coparentalidade, como indicam alguns

estudos (Altenburger & Schoppe-Sullivan, 2021; Schoppe-Sullivan & Altenburger, 2019; Schoppe-Sullivan et al., 2008), os dois construtos avaliaram aspectos diferentes da relação interparental, além de também afetarem de modos diferentes o comportamento infantil.

Quanto ao *parental gatekeeping* e seus efeitos no comportamento ou desenvolvimento infantil, os poucos estudos empíricos encontrados apontaram os efeitos do *gatekeeping* na criança mediante envolvimento paterno (Pekel-Uludağı, 2023; Wang et al., 2021). E apenas um estudo (Altenburger & Schoppe-Sullivan, 2021) relacionou diretamente o *gatekeeping* com os comportamentos infantis (sintomas emocionais e problemas externalizantes), entretanto, todos eles analisaram apenas o *gatekeeping* materno.

No presente estudo, a dimensão encorajamento foi preditora atenuante dos problemas de relacionamento com pares e promotora do comportamento pró-social infantil. Esse resultado pode indicar que o encorajamento parental cria uma interação harmoniosa entre a tríade. Além disso, a criança, ao ter convivência com ambos os pais, pode aumentar seu capital social, resultando em menos problemas com os pares e maior pró-sociabilidade. Em convergência com essa indicação, o estudo de Wang et al. (2021) aponta que o encorajamento por parte da mãe está relacionado a um maior envolvimento paterno na criação dos filhos, possibilitando que a criança se beneficie dos recursos disponíveis pela presença dessa figura. Além disso, pode-se dizer que os pais que participaram da presente pesquisa praticaram um *gatekeeping* adaptativo, conforme a teoria de Saini et al. (2017), uma vez que foram encontrados resultados positivos no comportamento da criança.

Ao contrário do encorajamento, a dimensão desencorajamento foi um fator de promoção dos sintomas emocionais e dos problemas internalizantes da criança. Uma possível explicação para esse achado é que os comportamentos de desencorajamento, como minar as decisões parentais, fazer críticas abertas, interromper ou dificultar a interação parental com o

filho/a, pode levar ao afastamento de uma das figuras parentais da criança, ou até mesmo ocasionar algum conflito interpaparental. Desse modo, o afastamento da figura parental pode diminuir o capital social e os recursos que ela disponibilizava à criança (Austin et al., 2013), enquanto o conflito interpaparental pode desencadear reações emocionais, como a raiva e o medo (Roseiro et al., 2020).

No estudo longitudinal de Altenburger e Schoppe-Sullivan (2021), também foi constatada a relação entre o *gatekeeping* e os problemas de comportamento infantil. As autoras pesquisaram as associações diretas e indiretas entre as dificuldades socioemocionais das crianças e o *gatekeeping* materno em 182 casais. Os resultados encontrados indicaram que o desencorajamento materno foi relacionado a mais problemas externalizantes e de desregulação emocional da criança, e o encorajamento materno foi relacionado com níveis mais baixos de desregulação emocional. Isso indica que o *gatekeeping* pode ter associações indiretas (por meio do envolvimento paterno) e diretas com o comportamento infantil, podendo tanto promover os problemas de comportamento quanto atenuá-los.

Quanto à coparentalidade, a única dimensão positiva que predisse significativamente o comportamento da criança foi o acordo coparental, que atenuou os problemas de conduta, a hiperatividade, os problemas externalizantes e as dificuldades totais da criança. Isso pode indicar que um bom grau de entendimento entre as figuras parentais tem efeito positivo na criança. Nesse sentido, a concordância dentro da relação coparental é fundamental para sinalizar estabilidade e segurança infantil (Matos et al., 2019), assim como maior parceria entre os pais pode diminuir a probabilidade de os filhos desenvolverem problemas de externalização (Vian et al., 2018).

O estudo de Mosmann et al. (2018) também encontrou relação entre o acordo coparental e o comportamento da criança ao identificar que o acordo coparental foi o principal fator da

relação interpaparental que discriminou os filhos sem sintomas psicológicos clínicos. Sendo assim, pode-se inferir que o acordo coparental é um importante fator protetivo à criança, além de ratificar a teoria de Feinberg (2003), que o considera um dos aspectos mais relevantes para a promoção de relações parentais saudáveis.

Por outro lado, o conflito coparental pode ser um fator de risco ao desenvolvimento infantil, pois tem sido demonstrado que crianças que vivem ou experimentam altos níveis de conflito entre os pais possuem risco de problemas de saúde mental (Harold & Sellers, 2018). No presente estudo, o conflito coparental foi preditor promotor das dificuldades totais da criança, mostrando relação significativamente positiva com problemas de conduta, hiperatividade e problemas externalizantes. Este resultado vai ao encontro da meta-análise de Zhao et al. (2022), que encontraram associações significativas entre a coparentalidade e os problemas internalizantes e externalizantes das crianças. Na pesquisa desses autores, o conflito coparental aumentou tais problemas infantis. Além disso, houve elevada consistência entre os familiares (pai, mãe e filho) ao reportarem o conflito coparental, resultando em relevante influência nos problemas de ajustamento infantil.

Também na pesquisa de Mosmann et al. (2018), o conflito coparental se apresentou como principal fator relacional entre a dupla coparental a gerar impactos negativos no comportamento dos filhos. Por fim, pais que se percebem em mais situações de conflito em relação às questões parentais e em maior discordância em relação aos cuidados com a prole relataram também pior funcionamento familiar em geral, com maiores dificuldades de comunicação e resolução de problemas (Feliciano, 2022).

A relação entre o *parental gatekeeping* e a coparentalidade não foi completamente explorada na presente pesquisa. Entretanto, devido a potencialidade de predição desses dois construtos no comportamento da criança, cabe destacar a maneira como esses processos se

entrelaçam. Conforme destacam Meteyer e Perry-Jenkins (2010), atitudes positivas por parte de uma das figuras parentais resultam em uma divisão mais equitativa dos cuidados infantis entre ambos os pais. Assim, é possível visualizar como a dimensão de encorajamento pode viabilizar a dupla parental a praticar uma coparentalidade mais positiva. Por fim, ressalta-se a importância de analisar o *parental gatekeeping* com cautela, considerando-o conjuntamente a outros fatores passíveis de impactar a relação entre pais e filhos (Saini et al., 2017), como as especificidades culturais e contextuais em que o fenômeno acontece.

Considerações Finais

As análises das repercussões do *parental gatekeeping* e da coparentalidade no comportamento da criança possibilitaram um avanço em termos de pesquisa, pois percebe-se que os construtos possuem domínios diferentes e afetam diferentemente o comportamento das crianças. Entretanto, esse tema não foi totalmente explorado, principalmente no âmbito nacional e no que se refere ao *parental gatekeeping*. Desse modo, outros estudos são necessários para ampliar o conhecimento sobre a relação desses construtos e seus efeitos, sobretudo em diferentes configurações familiares (famílias homoafetivas, famílias adotivas, famílias com filhos com desenvolvimento atípico), e considerando que o *gatekeeping* pode ser realizado por ambos os pais.

Sobre os efeitos dos construtos no comportamento das crianças, as dimensões do *parental gatekeeping* predisseram os problemas internalizantes e o comportamento pró-social, enquanto que as dimensões acordo e conflito da coparentalidade predisseram os problemas externalizantes e dificuldades totais da criança. Pode-se dizer que, no presente estudo, a dimensão encorajamento e o acordo coparental foram fatores de proteção ao desenvolvimento das crianças, e as dimensões de desencorajamento e de conflito coparental foram fatores de risco, pois promoveram os problemas de comportamento infantil.

Quanto às limitações desta pesquisa, a relação entre os dois construtos (*parental gatekeeping* e coparentalidade) precisa ser ampliada, considerando suas diferenças e similaridades, o que é sugestivo para novos estudos. Houve predominância no número de mães (78,3%) participantes quando comparado ao número de pais, o que é comum na literatura científica sobre coparentalidade e assuntos relacionados a esse tópico, conforme já elencado pela revisão sistemática de Ambrós et al. (2021). Isso ocorre, provavelmente, porque os padrões sociais dos papéis de gênero e da parentalidade estabeleceram a mulher como especialista do trabalho familiar. Mesmo que este aspecto esteja em transição em nosso contexto, com maior envolvimento paterno no trabalho familiar, as mulheres ainda são consideradas as principais cuidadoras dos filhos e se dispõem a participar de intervenções e pesquisas sobre parentalidade.

Cabe destacar também que a maioria dos participantes declararam ter alto nível de escolaridade (pós-graduação). Como a pesquisa foi realizada de forma on-line, eventualmente, as informações sobre a participação da pesquisa atingiram mais esse público. Futuras pesquisas devem buscar ampliar a diversidade da amostra em termos socioeconômicos.

Estima-se que resultados importantes foram alcançados neste estudo sobre as relações interparentais, especialmente no que diz respeito aos efeitos do *parental gatekeeping* e da coparentalidade no comportamento infantil. Esses resultados podem contribuir para o aumento do conhecimento sobre as relações interparentais e seus efeitos, além de auxiliar na elaboração de intervenções que promovam o funcionamento familiar. Assim, é possível reduzir ou prevenir problemas comportamentais infantis associados a essas relações interparentais.

Por fim, a respeito do financiamento da pesquisa, Tamires Dias dos Santos foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC); Julia Aparecida Pivato foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

(PIBIC/CNPq); e Mauro Luís Vieira é bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (nº 306811/2019-7). A presente pesquisa ainda contou com financiamento do Instituto de Pesquisas de Variações Socioculturais (IPEVSC).

Referências

- Allen, S. M., & Hawkins, A. J. (1999). Maternal gatekeeping: Mothers' beliefs and behaviors that inhibit greater father involvement in family work. *Journal of Marriage and the Family*, 61(1), 199–212. <https://doi.org/10.2307/353894>
- Altenburger, L. E. (2023). Similarities and differences between coparenting and parental gatekeeping: Implications for father involvement research. *Journal of Family Studies*, 29(3), 1403–1427. <https://doi.org/10.1080/13229400.2022.2051725>
- Altenburger, L. E., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2021). Infant negative affect moderates longitudinal associations between maternal gatekeeping and toddlers' social–emotional difficulties. *International Journal of Behavioral Development*, 45(6), 513–523. <https://doi.org/10.1177/01650254211023971>
- Ambrós, T., Coltro, B., Vieira, M. L., & Lopes, F. (2022). Coparentalidade e comportamento da criança no contexto do divórcio: Uma revisão sistemática. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 24(1), 1-25. <https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPHD14268.en>
- Austin, W. G., Pruett, M. K., Kirkpatrick, H. D., Flens, J. R., & Gould, J. W. (2013). Parental gatekeeping and child custody/child access evaluation: Part I: Conceptual framework, research, and application. *Family Court Review*, 51, 485–501. <https://doi.org/10.1111/fcre.12045>
- Brown, T. (2015). *Confirmatory for analysis for applied research*. Guilford Publication.
- Carvalho, T. R. D., Barham, E. J., Souza, C. D. D., Böing, E., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2018). Adaptação transcultural de um instrumento para avaliar a coparentalidade: Coparenting Relationship Scale. *Psico-USF*, 23, 215-227. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230203>

-
- Choi, J. K., & Becher, E. H. (2019). Supportive coparenting, parenting stress, harsh parenting, and child behavior problems in nonmarital families. *Family Process*, 58(2), 404–417. <https://doi.org/10.1111/famp.12373>
- Coltrane, S. (1996). *Family man*. Oxford University Press.
- De Luccie, M. F. (1995). Mothers as gatekeepers: A model of maternal mediators of father involvement. *The Journal of Genetic Psychology*, 156, 115–131. <https://doi.org/10.1080/00221325.1995.9914811>
- Favez, N., Widmer, E. D., Frascarolo, F., & Doan, M. T. (2019). Mother-stepfather coparenting in stepfamilies as predictor of child adjustment. *Family Process*, 58(2), 446–462. <https://doi.org/10.1111/famp.12360>
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95–131. https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01
- Feinberg, M. E., Brown, L. D., & Kan, M. L. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parenting: Science and Practice*, 12(1), 1–21. <https://doi.org/10.1080/15295192.2012.638870>
- Feliciano, A. R. M. (2022). *Coparentalidade e Funcionamento familiar: Um estudo com pais de crianças em idade pré-escolar* [Tese de Doutorado, Universidade da Beira Interior]. Repositório Digital da UBI. <http://hdl.handle.net/10400.6/13164>
- Fleitlich, B., Cortázar, P. G., & Goodman, R. (2000). Questionário de capacidades e dificuldades (SDQ). *Infanto-Revista de Neuropsiquiatria da Infância e Adolescência*, 8(1), 44–50.

-
- Frosch, C. A., Schoppe-Sullivan, S. J., & O'Banion, D. D. (2019). Parenting and child development: A relational health perspective. *American Journal of Lifestyle Medicine*, 15(1), 1–15. <https://doi.org/10.1177/15559827619849028>
- Goodman, R. (1997). The strengths and difficulties questionnaire: A research note. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 38(5), 581–586. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.1997.tb01545.x>
- Harold, G. T., & Sellers, R. (2018). Annual research review: Interparental conflict and youth psychopathology: An evidence review and practice focused update. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 59(4), 374–402. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12893>
- Karberg, E., & Cabrera, N. J. (2020). Children's adjustment to parents' breakup: The mediational effects of parenting and coparenting. *Journal of Family Issues*, 41(10), 1810–1833. <https://doi.org/10.1177/0192513X19894347>
- Katz, L. F., & Low, S. M. (2004). Marital violence, co-parenting, and family-level processes in relation to children's adjustment. *Journal of Family Psychology*, 18(2), 372–382. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.18.2.372>
- Lam, C. B., Tam, C., Chung, K. K. H., & Li, X. (2018). The link between coparenting cooperation and child social competence: The moderating role of child negative affect. *Journal of Family Psychology*, 32(5), 692. <https://doi.org/10.1037/fam0000428>
- Machado, M. R., & Mosmann, C. P. (2019). Dimensões negativas da coparentalidade e sintomas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35 (e35nspe12), 1–9. <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e35nspe12>
- Matos, T. D., Bossardi, C. N., Souza, C. D., Portes, J. R. M., & Menezes, M. (2019). Percepções parentais sobre coparentalidade e comportamento infantil: Um estudo com famílias

- homoafetivas. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(65), 51–67.
<https://doi.org/10.38034/nps.v28i65.537>
- McDaniel, B. T., Teti, D. M., & Feinberg, M. E. (2018). Predicting coparenting quality in daily life in mothers and fathers. *Journal of Family Psychology*, 32(7), 904–914.
<https://doi.org/10.1037/fam0000443>
- Meteyer, K., & Perry-Jenkins, M. (2010). Father involvement among working-class, dual-earner couples. *Fathering*, 8(3), 379. <https://doi.org/10.3149/fth.0803.379>
- Mosmann, C., Costa, C. B. D., Silva, A. G. M. D., & Luz, S. K. (2018). Filhos com sintomas psicológicos clínicos: Papel discriminante da conjugalidade, coparentalidade e parentalidade. *Trends in Psychology*, 26, 429–442. <https://doi.org/10.9788/TP2018.1-17Pt>
- Pekel-Uludağlı, N. (2019). Are uninvolved fathers really incompetent and unsatisfied? Testing the mediator role of father involvement from fathers' perspectives. *European Journal of Developmental Psychology*, 16(5), 538–551.
<https://doi.org/10.1080/17405629.2018.1472077>
- Pekel-Uludağlı, N. (2023). The role of the father involvement in child development: The relationships with maternal, paternal, and child characteristics. *Current Psychology*, 43, 4085–4097. <https://doi.org/10.1007/s12144-023-04649-3>
- Pinho, M., & Gaunt, R. (2021). Biological essentialism, gender ideologies, and the division of housework and childcare: Comparing male carer/female breadwinner and traditional families. *The Journal of Social Psychology*, 164(1), 59–75. <https://doi.org/10.1080/00224545.2021.1983508>
- Puhlman, D. J., & Pasley, K. (2013). Rethinking maternal gatekeeping. *Journal of Family Theory & Review*, 5(3), 176–193. <https://doi.org/10.1111/jftr.12016>

-
- Puhlman, D. J., & Pasley, K. (2017). The maternal gatekeeping scale: Constructing a measure. *Family Relations*, 66, 824–838. <https://doi.org/10.1111/fare.12287>
- Roseiro, C. P., Paula, K. M. P. D., & Mancini, C. N. (2020). Estresse e enfrentamento infantil no contexto do divórcio parental. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72(1), 55–71. <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2020v72i2p.55-71>
- Saini, M. A., Drozd, L. M., & Olesen, N. W. (2017). Adaptive and maladaptive gatekeeping behaviors and attitudes: Implications for child outcomes after separation and divorce. *Family Court Review*, 55(2), 260–272. <https://doi.org/10.1111/fcre.12276>
- Schoppe-Sullivan, S. J., & Altenburger, L. E. (2019). Parental gatekeeping. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting. Volume 3: Being and Becoming a Parent* (3th ed., pp. 167–198). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429433214>
- Schoppe-Sullivan, S. J., Brown, G. L., Cannon, E. A., Mangelsdorf, S. C., & Sokolowski, M. S. (2008). Maternal gatekeeping, coparenting quality, and fathering behavior in families with infants. *Journal of Family Psychology*, 22(3), 389–398. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.22.3.389>
- Schrodt, P., & Afifi, T. D. (2018). Negative disclosures and feeling caught mediate coparental communication and mental health. *Personal Relationships*, 25, 480–496. <https://doi.org/10.1111/pere.12256>
- Scrimgeour, M. B., Blandon, A. Y., Stifter, C. A., & Buss, K. A. (2013). Cooperative coparenting moderates the association between parenting practices and children's prosocial behavior. *Journal of Family Psychology*, 27(3), 506–511. <https://doi.org/10.1037/a0032893>

-
- Thomas, C. R., & Holmes, E. K. (2020). Are father depression and masculinity associated with father perceptions of maternal gatekeeping? *Journal of Family Psychology*, 34(4), 490. <https://doi.org/10.1037/fam0000604>
- Tiedje, L. B., & Darling-Fisher, C. (1996). Fatherhood reconsidered: A critical review. *Research in Nursing and Health*, 19, 471–484.
- Vian, M., Mosmann, C. P., & Falcke, D. (2018). Repercussões da conjugalidade em sintomas internalizantes e externalizantes em filhos adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34, 1–9. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e34431>
- Wang, X., Yu, Y., Zhu, R., & Ji, Z. (2021). Linking maternal gatekeeping to child outcomes in dual-earner families in China: The mediating role of father involvement. *Early Child Development and Care*, 191(2), 187–197. <https://doi.org/10.1080/03004430.2019.1611568>
- Zhao, F., Wu, H., Li, Y., Zhang, H., & Hou, J. (2022). The association between coparenting behavior and internalizing/externalizing problems of children and adolescents: a meta-analysis. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(16), 1–19. <https://doi.org/10.3390/ijerph191610346>